

OS SILÊNCIOS DOS ARQUIVOS E A ANTROPOLOGIA HISTÓRICA: HISTÓRIA INDÍGENA NA CIDADE

Ana Luíza Moraes Soares¹

RESUMO: É no encontro entre antropologia e história que vemos um grande potencial para a reescrita da história do Brasil, colocando em destaque todos os atores sociais e o contexto dos jogos de poder, assim como os efeitos persistentes do colonialismo na nossa sociedade atual. Esse artigo objetiva mostrar, mesmo que de forma resumida, a trajetória da aproximação entre antropologia e história e as possibilidades desse encontro, assim como elencar metodologias para se fazer história indígena na cidade. O ambiente urbano impõe desafios particulares, pois nos deparamos com tipos específicos de silêncio dos arquivos. Aqui pretendo discutir quais são esses silêncios e estratégias possíveis para ouvir as vozes silenciadas do ambiente urbano no passado.

PALAVRAS-CHAVE: Silêncios dos arquivos. Antropologia histórica. Protagonismo indígena. Cidade.

ARCHIVAL SILENCES AND HISTORICAL ANTHROPOLOGY: INDIGENOUS HISTORY IN THE CITY

ABSTRACT: The encounter between anthropology and history has a great potential for rewriting Brazilian history highlighting all social actors and the power relations at play. Moreover, this interdisciplinarity can put in evidence the persistent effects of colonialism

¹ Doutora em Antropologia pela University of Illinois at Chicago. Pesquisa parcialmente financiada pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: ana.luiza.moraes.soares@vanderbilt.edu. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8243-1810>.

in our current society. This article aims to show, even if in a summarized way, the trajectory of the approximation between anthropology and history and the possible results drawn from this encounter, as well as to trace methodologies to make indigenous history in the city. The urban environment poses particular challenges as we are faced with specific types of archive silences. Here, I intend to discuss what kind of silences are these and possible strategies to hear the silenced voices of the urban environment in the past.

KEYWORDS: Archival silences. Historical anthropology. Indigenous people's agency. City.

LOS SILENCIOS DE LOS ARCHIVOS Y LA ANTROPOLOGÍA HISTÓRICA: HISTORIA INDÍGENA EN LA CIUDAD

RESUMEN: Es en el encuentro entre la antropología y la historia que vemos un gran potencial para reescribir la historia de Brasil, destacando todos los actores sociales y el contexto de los juegos de poder, así como los efectos persistentes del colonialismo en nuestra sociedad actual. Este artículo tiene como objetivo mostrar, aunque sea de forma resumida, la trayectoria de la aproximación entre antropología e historia y las posibilidades de este encuentro, así como enumerar metodologías para hacer historia indígena en la ciudad. El entorno urbano plantea desafíos particulares, ya que nos enfrentamos a tipos específicos de silencio de archivo. Aquí pretendo discutir cuáles son estos silencios y posibles estrategias para escuchar las voces silenciadas del entorno urbano en el pasado.

PALABRAS-CLAVE: Silencios de los archivos. Antropología histórica. Protagonismo indígena. Ciudad.

INTRODUÇÃO²

Pesquisas interdisciplinares estão cada vez mais valorizadas e conquistando posição de destaque. No entanto, depois de doze anos desbravando esse caminho, não romantizo minha trajetória. Fazer pesquisa

² Este artigo baseia-se nas discussões desenvolvidas na Introdução de minha tese de doutorado em Antropologia, intitulada *Surviving the Concrete Jungle: Indigenous Children in the Brazilian Amazon (1860-1910)*. Conferir Soares (2022).

interdisciplinar apresenta muitos desafios metodológicos e práticos, além de muitos ainda torcerem o nariz quando explico minha pesquisa por não ser “antropologia de verdade”. Nesse artigo, irei primeiramente fazer um breve histórico da aproximação entre antropologia e história para então localizar onde me encaixo nessa discussão. Depois dessa primeira etapa, passo a levantar questões metodológicas e os desafios dessa rica interdisciplinaridade, assim como lançar ideias de como superar essas barreiras. As propostas metodológicas aqui apresentadas se encaixam dentro da minha experiência de pesquisa em história indígena na cidade, onde o ambiente urbano impõe desafios particulares. Como pretendo mostrar, ampliar e diversificar as fontes de pesquisa são passos cruciais para encontrar os indígenas na cidade no passado, além de entender e analisar o que significava ser “índio” em determinado período histórico. Como meu foco neste artigo não é falar de meu tema de pesquisa ou de minhas análises e resultados, não menciono a fundo a discussão e pormenores da minha investigação sobre trabalho de crianças indígenas em Manaus na segunda metade do século XIX, mas sim minha metodologia e estratégias para encontrar atores invisibilizados na cidade.

ETNOHISTÓRIA, HISTÓRIA INDÍGENA, OU ANTROPOLOGIA HISTÓRICA?

Passsei por uma crise existencial ao longo de quase todos os meus anos na pós-graduação em antropologia em busca de definir meu campo de pesquisa. No Brasil, eu costumava explicar o que faço como antropologia e história, o que sempre foi confuso e pouco claro tanto para mim quanto para quem ouvia essa resposta. Nos Estados Unidos da América (EUA), fui prontamente definida como etnohistoriadora por meus pares. Como a identidade se constrói em uma via de mão dupla e depende do reconhecimento dos outros, aceitei e aproveitei do rótulo de etnohistoriadora por muitos anos. Ainda assim, nunca me senti totalmente à vontade com isso. Indo na mesma direção de muitas críticas existentes, não seria a etnohistória uma maneira de dizer que a história dos povos indígenas não é realmente história e precisa de um novo campo para sua

análise? Outros autores já se debruçaram sobre esse questionamento, e aqui pretendo demonstrar que a interdisciplinaridade entre antropologia e história não é tão direta e simples quanto se supõe, principalmente quando se está situado em duas realidades acadêmicas com histórias e “tradições” próprias (Brasil e EUA). Antes de me inserir numa caixinha de identidade acadêmica, mostrarei brevemente a história da aproximação entre antropologia e história.

O processo de mudança social tem sido objeto de curiosidade antropológica desde os primeiros trabalhos na área. Quando a antropologia como tal alcançou reconhecimento como ciência no século XIX, os evolucionistas culturais visaram explicar as transformações nas formas culturais por meio de uma descrição do progresso humano em etapas (ERICKSON & MURPHY, 2017). Além disso, o darwinismo social e o materialismo histórico utilizaram de uma visão da história como uma série de progressão em direção a formas mais avançadas de sociedade em suas análises. Como sabemos, as perspectivas evolucionistas na forma do darwinismo social trouxeram sérios danos às sociedades consideradas “primitivas”, sendo firmemente rejeitadas no início do século XX. Essa rejeição também veio na forma de aversão às análises diacrônicas na antropologia (SCHWARCZ & GOMES, 2000). Franz Boas tentou se reconciliar com a história propondo uma abordagem diacrônica por meio do que Marvin Harris chamou de “particularismo histórico americano” da escola boasiana (ERICKSON & MURPHY, 2017). Boas (1896) rejeitou o método comparativo da antropologia e propôs uma espécie de “historicismo cultural” para romper com a ideia de estágios evolutivos. A teoria difusionista de Boas tornou-se muito popular; no entanto, a curiosidade sobre as razões da variação e da mudança humana pode ser localizada ainda mais longe no tempo.

Curiosamente, Heródoto (c. 484–c. 425), considerado o pai da história ocidental, desenvolveu em *Histórias* o que hoje seria considerada uma abordagem etnohistórica. Viagens e andanças foram parte significativa de seu trabalho para explicar as guerras greco-persas, nas quais desenvolveu uma investigação altamente baseada em histórias orais (FERRATER-MORA, 1994; HERODOTUS, 1920). Por seus métodos,

Heródoto também é considerado um proto-antropólogo. Com todas as ressalvas possíveis, é fascinante perceber vislumbres de um certo relativismo em *Histórias*, especialmente quando ele afirma que “o costume é rei” para demonstrar que todas as pessoas pensam que sua própria cultura é superior a todas as outras (HERODOTUS, 1920, p. 343). Assim, o “pai da história” também é considerado um dos primeiros antropólogos. Com essa digressão, pretendi mostrar que a relação entre antropologia e história não é recente, mas o recrudescimento dessa aproximação pode ser observado a partir de 1950 na consolidação da etnohistória como campo e método.

Com exceção do trabalho de Bailey (1937), foi somente a partir de 1950 que a etnohistória se desenvolveu na América do Norte. Após um longo debate na *American Society for Ethnohistory*, os debatedores definiram a etnohistória como um método interdisciplinar. O crescimento da etnohistória pode ser associado ao *Indian Claim Act* nos Estados Unidos, que permitiu que os povos indígenas reivindicassem indenização por expropriação de terra (CAVALCANTE, 2011). Após um período de foco exclusivo nos relatórios históricos e antropológicos de reivindicações de terras nos EUA, a etnohistória se expandiu para o estudo de outras partes do mundo, ao mesmo tempo em que desenvolveu um interesse nos processos de mudança social (HILL, 1988, 1996; WALLACE, 1956, 1978).

Nesse ínterim, Jonathan Hill (1988) organizou uma coletânea de ensaios para repensar a história e o mito, que exploram “maneiras indígenas de interpretar a história”, cujo foco era contextualizar “interpretações históricas indígenas em situações de contato”. Hill (1988, tradução nossa) explora a historicidade entre os povos indígenas da América do Sul em termos de “consciência histórica”, afirmando que “um diálogo verdadeiramente aberto entre o ‘Ocidente e o Resto’ (...) só pode surgir quando a multiplicidade de níveis e tipos de consciência histórica dentro e entre as sociedades não-ocidentais é considerada seriamente em seus próprios termos”. Portanto, Hill (1988, tradução nossa) destaca a importância das fontes não escritas na interpretação histórica e afirma que não está tentando criar um estudo puramente subjetivo quando critica o “mito teórico da dicotomia observador-observado”; ao invés disso, ele

incita “uma consciência crítica e reflexiva da pesquisa social e histórica como uma atividade mediada pessoalmente e historicamente situada para produzir conhecimento”. Os historiadores, no entanto, já eram bem versados nesse tópico.³

Uma crítica à análise histórica positivista e evolucionista havia sido levantada já na obra de Butterfield (1965, tradução nossa) quando ele criticou a “interpretação Whig da história” que leva em consideração o ponto de vista do presente para interpretar o passado num “presentismo” em que todas as sociedades seguem uma linha progressiva em direção a uma organização mais avançada. Uma crítica às interpretações positivistas e evolucionistas da história também pode ser notada nos primeiros trabalhos da escola dos *Annales* na França (ver nota 1). Os autores dos *Annales* também enfatizam desde muito cedo a diversidade de fontes que podem e devem ser utilizadas no trabalho histórico, rompendo com a visão de que apenas documentos oficiais escritos têm legitimidade (REIS, 1994). No entanto, o aparente atraso da avaliação de Hill dos métodos históricos em estudos antropológicos faz sentido, uma vez que a antropologia até então estava mais focada em estudos sincrônicos, principalmente em decorrência da rejeição ao evolucionismo histórico do darwinismo social. Em outras palavras, o uso de disciplinas e métodos das ciências sociais há muito era debatido na história, mas o contrário ainda estava sendo construído. Somente a partir de 1950 começamos a ver uma real reconciliação da antropologia com a história, especialmente com o avanço da etnohistória nos Estados Unidos, como já mencionado. No Brasil, importantes inovações práticas e teóricas no campo da “história dos índios” que, juntando forças com os movimentos indígenas e baseado na ideia de reivindicações por “direitos históricos”, desenvolveu um movimento similar ao dos EUA para elaboração de dossiês e laudos em suporte à luta por terras e reconhecimento a partir da década de 70 (MONTEIRO, 2001, p. 5–6). Embora a aproximação história-antropologia tenha aparecido em alguns estudos anteriores, foi somente por volta de 1990 que a produção

³ Cf., obras da escola *Annales* na França e a produção da história cultural (BLOCH, 1964; BRAUDEL, 1949, 1973; BURKE, 2019; DAVIS, 1984; FEBVRE, 1929; JOYCE, 1980, 2010, e muitos outros).

de trabalhos inseridos no campo da história indígena começou a crescer, marcando a virada desse campo para uma frutífera área de investigação no Brasil.

Esse crescimento trouxe uma nova perspectiva na leitura de documentos históricos para analisar o passado indígena. O objetivo era romper com a visão tradicional da participação dos povos indígenas na história como apenas na resistência para a manutenção de tradições congeladas ou na aculturação pacífica, consolidada na história pela lente de uma “etnologia de perdas e ausências culturais” (ALMEIDA, 2012; MONTEIRO, 2001; OLIVEIRA FILHO, 2004, p. 31). Uma nova tradição acadêmica brasileira destacou uma história do contato muito mais complexa, permeado pela negociação e agência dos povos indígenas (ALMEIDA, 2010, 2013, 2012; CARVALHO JUNIOR, 2000, 2005, 2007, 2011; CUNHA, 1992, 2009; FARAGE, 1991; GARCIA, 2009; MONTEIRO, 1994, 2001, 2007; MONTERO, 2006; OLIVEIRA FILHO, 1979, 2015, 2004; SAMPAIO, 2003, 2009, 2010, 2014). Acadêmicos no exterior também se beneficiaram do debate levantado por estudiosos brasileiros (HARRIS, 2010; LANGFUR, 2009, 2014; SOMMER, 2000). Pesquisadores brasileiros estão abandonando a visão do “contato”⁴ como restrito à dizimação de populações e destruição de grupos indígenas para focar em apropriações criativas e na formação de novas sociedades sem perder de vista a violência do processo (MONTEIRO, 2001).

Na antropologia brasileira, mais especificamente nos estudos amazônicos, parte significativa do debate sobre a história e a historicidade das sociedades amazônicas parece ter sido levantada para contrapor a divisão que Lévi-Strauss (1983, p. 28) propõe entre sociedades “frias” (a-históricas) e “quentes” (castas complexas). Hill (1988) criticou a

⁴ Aqui, o termo “situações de contato” se refere à análise de Bateson (1987) e Pratt (1992). Embora evite o enfoque “mentalista”, aprecio a expansão de Bateson (1987) da noção de “contato cultural” para as situações que acontecem dentro de uma mesma cultura e não apenas para o encontro entre duas ou mais culturas diferentes (“entre sexos, entre velhos e jovens, entre aristocracia e plebe, entre clãs, etc.”). Mary Louise Pratt (1992) vai além ao definir “zonas de contato” entre diversos grupos (índigenas, brancos, negros e mestiços). Influenciada por Fredrik Barth (1998[1969]), Pratt percebe as identidades étnicas como fruto da interação relacional/dialética.

dicotomia Lévi-Straussiana, destacando a variedade de maneiras pelas quais os nativos da América do Sul usaram gêneros narrativos e não verbais em sua interpretação de processos históricos. No entanto, Fausto e Heckenberger (2012) defendem um equívoco dos analistas de Lévi-Strauss, uma vez que a divisão entre sociedades quentes/frias também implicava uma “transformação estrutural”.⁵ Em suma, o estudo das situações de contato pode ajudar a desessencializar a visão estática das comunidades indígenas ainda “relegadas à margem da história” (BOCCARA, 2005) ou vítimas de “historicídio” (HILL, 1996, p. 16). No entanto, é importante não perder o foco das relações de poder inerente às “situações de contato”. Nesse sentido, João Pacheco de Oliveira Filho (2015, p. 49) defende o enfoque em situações históricas para determinar a capacidade de certos agentes (instituições e organizações) de produzir ordem política por meio da imposição de interesses. Subjacente ao esforço de reescrever a história indígena e repensar a etnografia sul-americana está a intenção de finalmente romper com a ideia dos povos indígenas como “ancestrais contemporâneos”, uma visão ainda persistente.

Em suma, a etnohistória tem em sua trajetória uma configuração inicial como um programa acadêmico independente voltado ao estudo de sociedades não ocidentais sem tradição escrita; depois, passa por um momento de foco na percepção indígena da história e do tempo intimamente relacionado a uma “etnociência”, posteriormente transitando para se referir a um método interdisciplinar (CAVALCANTE, 2011). No Brasil, a história indígena se estruturou como campo de pesquisa para combater o apagamento dos agentes históricos indígenas, e utiliza métodos etnohistóricos para tanto. Eu valorizo as experiências de todos esses campos e aprendo e me inspiro neles. Em minha pesquisa, combino as teorias e métodos da etnohistória com os ensinamentos da história indígena brasileira para escrever uma antropologia histórica que traga dinamicidade para as formas culturais em situações de contato sem reforçar a dicotomia entre nós/eles que esses nomes implicam. Neste

⁵ No entanto, Fausto e Heckenberger (2007, p.10, grifo dos autores, tradução nossa) afirmam que uma crítica mais produtiva da análise de Lévi-Strauss seria em termos dos “*limites* desse modelo de transformação estrutural”.

esforço, reconheço o papel crucial de João Pacheco de Oliveira Filho em construir uma antropologia histórica brasileira (OLIVEIRA FILHO, 1999; OLIVEIRA FILHO & QUINTERO, 2020). Pretendo contribuir para eliminar uma oposição percebida entre a pureza original dos povos indígenas versus contaminação cultural pós-contato (MONTEIRO, 2007), e abandono uma percepção que vê “cultura” do lado povos indígenas e “civilização” do outro. Para tanto, abordo situações de contato que incluem as sociedades ocidentais como culturalmente vinculadas, destacando um choque de forças de poder desiguais, mas que precisavam negociar para obter governabilidade.

Mas depois dessa discussão teórica, como é transpor as barreiras disciplinares entre Antropologia e História na prática? Na minha práxis da antropologia histórica, faço uma ponte entre passado e presente, tomando cuidado para não ser anacrônica, para mostrar o “pós-vida da escravidão” hoje.⁶ Meu enfoque é no século XIX, mas faço uso de histórias orais para enriquecer o debate e trazer mais “proximidade” a um passado aparentemente distante. Explico.

METODOLOGIAS E POSSÍVEIS CAMINHOS

Meu objetivo de pesquisa é romper com a perspectiva da “etnologia das perdas” e descolonizar não apenas minha escrita histórica, mas também a forma como conduzo minha pesquisa. Como destaca Goldstein (2016, p. 63), a antropologia tende a retratar seus sujeitos como passivos e oprimidos, que dependem do esclarecimento do pesquisador para que suas vozes sejam ouvidas. Na antropologia histórica, o desafio de romper com essa tendência e promover uma descolonização genuína é ainda maior, pois é impossível inverter a dinâmica de poder na prática da pesquisa por meio de uma negociação permanente com os colaboradores. O trabalho é “dar

⁶ Saidiya Hartman (2008a) analisou os poderes estruturais da escravidão arraigados em todos os setores do mundo contemporâneo e cunhou o conceito “afterlife of slavery”, que tomo a liberdade de traduzir como “pós-vida da escravidão”. Acredito ser impossível falar sobre escravidão e sua “pós-vida” sem conectar a história da exploração negra e indígena e sua exclusão sistêmica da sociedade.

voz” (um termo intrinsecamente autoritário) a pessoas e realidades que nunca poderão ser totalmente recuperadas ou “ouvidas” (GOLDSTEIN, 2016). Linda Tuhiwai Smith (2012, grifo no original, tradução nossa) chama a atenção para a dificuldade em discutir “metodologia de pesquisa e povos indígenas juntos, no mesmo fôlego, sem ter uma análise do imperialismo [e] sem entender as formas complexas em que a busca do conhecimento está profundamente enraizada nas múltiplas camadas de práticas imperiais e coloniais”. Descolonizar a pesquisa é um exercício constante em que é necessário problematizar nosso próprio discurso sobre a história dos povos indígenas, lembrando constantemente da nossa posição de privilégio como pesquisadores de formação ocidental.

Em um nível micro, acredito que minha pesquisa pode ajudar a descobrir as realidades de muitas pessoas invisibilizadas que tiveram histórias comuns e como experiências recentes remontam à escravidão. Em um nível mais macro, quando deixarmos de ver os povos indígenas como vítimas impotentes das situações e desenvolvemos um senso de alteridade histórica, acredito que podemos começar a mudar o preconceito e os estereótipos arraigados em nossa sociedade no presente. Para obter um entendimento amplo do debate racial brasileiro, é necessário dialogar com as experiências indígenas, sua história e efeitos persistentes do colonialismo.

No entanto, que histórias os arquivos mostram? Muitos dos agentes que apresento em minha pesquisa aparecem nos registros históricos quando eles “encontram com o poder”, em um “ato de sorte ou desastre que produziu uma divergência ou uma aberração do curso esperado e usual de invisibilidade e os catapultou do subterrâneo para a superfície do discurso” (HARTMAN, 2008b, p. 2, tradução nossa). O que eu conto sobre Angela, Benedicta, Pulcheria, Domingas, Martha, Theresa e muitas outras meninas indígenas na cidade de Manaus em minha pesquisa não é a vida cotidiana delas ou quem elas eram, mas sim uma história de violência que “as transformaram em mercadorias” (CONNOLLY & FUENTES, 2016; HARTMAN, 2008b). O silêncio arquivístico também é violência contra todas as meninas indígenas invisibilizadas. “O arquivo é, neste caso, uma sentença de morte, um túmulo, uma exibição do corpo violado... um asterisco na grande narrativa da história”, mas o arquivo também “cataloga

as declarações que licenciaram” essa violência (HARTMAN, 2008b, p. 2, 10. tradução nossa). Em minha pesquisa, compartilho a intenção de Hartman (2008b, p. 10) de contar tanto “uma história impossível” de crianças indígenas como alvos de dominação quanto de “amplificar a impossibilidade de contar” essa história.

Quais os tipos de silêncios que nos deparamos ao analisar indígenas na história da cidade e como esse contexto é diferente do que Hartman (2008b) descreve, ao qual elucidado no parágrafo anterior? O tipo de silêncio que enfrentamos numa história indígena na cidade está além da invisibilização de histórias e violências, mas também está diretamente ligado a um projeto de apagamento identitário das populações indígenas que vem desde o Brasil colônia em todos os lugares, não somente em ambientes urbanos. Esse apagamento identitário está relacionado à expropriação de terra e exploração da mão de obra indígena, o qual continua mesmo depois de sua proibição, sob os auspícios da assimilação e hegemonia nacional. É extremamente raro encontrar na documentação histórica da cidade Manaus ao final do século XIX menções diretas às etnias indígenas as quais essas meninas faziam parte. Na cidade, o mais comum era que indígenas fossem homogeneamente chamados de Tapuias. Com respeito às crianças, tidas como estratégicas para “civilização” e desenvolvimento da então recém criada nação brasileira, seu passado indígena era deliberadamente apagado. Constantemente extirpadas de suas famílias, essas crianças eram forçadamente inseridas em internatos e nas casas privadas como servas ou fâmulas. Conexões com suas raízes indígenas apareciam quando necessitavam de exame de Corpo de Delito após sofrerem violência ou em depoimentos racistas que tentavam as responsabilizá-las por estupro e pelos delitos. Entender o que significava ser “índio” e a chamada “liberdade tutelada” no passado, assim como as tentativas, repetidas vezes frustradas, das legislações em definir uma categoria legal indígena, nos ajudam a entender o tipo de silêncio ao qual nos deparamos nos arquivos (SAMPAIO, 2003; SOARES, 2022). O que fazer, então?

Nenhum projeto narrativo é neutro, e desvendar as histórias dos povos indígenas, historicamente marginalizados e invisibilizados, traz

desafios adicionais ao processo de construção narrativa. Na tentativa de aliviar esse problema, combinei histórias orais com documentos históricos para responder às minhas perguntas de pesquisa. Na realidade, desenvolvi minhas perguntas de pesquisa *com* meus interlocutores. Realizei entrevistas no centro antigo e no bairro Educandos em Manaus, além de ir aos arquivos da cidade.⁷ Meu foco para as entrevistas foi conversar com moradores mais idosos, preferencialmente os nascidos em Manaus. No entanto, também entrevistei memorialistas muito conhecidos de Manaus e alguns catraieiros mais jovens do Educandos, inclusive a primeira mulher catraieira da cidade. Foi muito esclarecedor conversar com os moradores e pesquisar os arquivos históricos da cidade ao mesmo tempo. Nessas conversas, pude perceber temas de investigação que eram de interesse para eles, os quais me debrucei, seguindo os conselhos desses “orientadores informais”. É interessante pontuar que tive dificuldade em obter colaboração de homens, ainda mais os que possuíam alguma posição de poder por ser de uma classe social alta ou cargo de prestígio intelectual, pois descreditavam meu tema de pesquisa e minha posição de pesquisadora. Meu objetivo era voltar a conversar com meus interlocutores e compartilhar o que descobri, mas a pandemia da covid-19 impossibilitou o meu retorno até então e, infelizmente, perdi algumas amigas-orientadoras informais nesse período.

Penso que morar e experienciar os lugares onde estão os arquivos históricos que você pesquisa e entender a própria história desse lugar de memória, numa espécie de etnografia do arquivo, é fundamental para entender os jogos de poder nas vozes que o arquivo evidencia, mas

⁷ O “centro antigo” de Manaus é o local a partir do qual a cidade expandiu. No século XIX, o centro antigo era basicamente o que era a cidade de Manaus e possuía áreas mais nobres, como ao redor do Teatro Amazonas, assim como regiões povoadas ou frequentadas por populações mais humildes, como a chamada “zona estragada”, assim chamada pelos inúmeros cabarês e prostíbulos existentes perto do porto de Manaus. O centro antigo está circunscrito entre os igarapés da Cachoeirinha e da Cachoeira Grande. O bairro Educandos é localizado do outro lado do igarapé da Cachoeirinha, um subúrbio que cresceu após a instalação do Educandos Artífices, um internato para meninos indígenas. Escolhi fazer entrevistas também nesse bairro primeiramente por ser fora do centro e ser de difícil acesso durante o período estudado (a primeira ponte conectando o bairro ao centro foi construída em 1975) e por ter sido escolhido como lugar para esta escola, que fez com que essa área fosse mencionada nos documentos como tendo muitos moradores indígenas e mestiços.

também a relação da população local com sua própria história e memória. Posso usar como exemplo deste último aspecto uma conversa que tive com Dona Diquinha e sua filha, que moravam embaixo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), cujo arquivo estava pesquisando, e generosamente me deixavam esquentar e comer minha marmita em sua casa. Elas me contaram que ali no instituto vinham muitos “figurões” do passado e que muitos indígenas eram presos ali para depois serem deslocados para algum trabalho na cidade. Eu achei fascinante perceber que, além das relações de poder que selecionam as vozes que aparecem nos documentos, o próprio espaço físico do arquivo foi e é opressor. Digo também no presente, pois, apesar desse arquivo em específico estar em uma área em que todos parecem se conhecer e serem conectados numa região menos abastada do centro da cidade, os moradores não sentem o “instituto” como parte da comunidade, mas sim como algo à parte, elitizado, que só os detentores de capital intelectual podem adentrar.

Minhas questões de pesquisa foram muito influenciadas pelas histórias orais que coletei em Manaus. Quem eram as trabalhadoras domésticas? Como as crianças indígenas eram tratadas na cidade? Como o trabalho dessas crianças era organizado? Quais as dinâmicas de poder por trás dessa circulação de crianças? Como mencionei, meus interlocutores me conectaram com os documentos históricos que eu estava coletando e me inspiraram a descobrir temas que eram relevantes para eles. Ao escrever minhas análises, refiro-me às pessoas que compartilharam suas histórias comigo, tanto nas entrevistas quanto nos documentos, usando pronomes de tratamento dentro da lógica local: Dona, Seu, às vezes pelo primeiro nome e às vezes pelo sobrenome. Tentei ao máximo captar e reproduzir as hierarquias e formas de tratamento usadas, por exemplo, em casos judiciais específicos, que acredito dizer muito sobre os poderes relacionais em jogo.

Ao pesquisar invisibilizados da cidade é crucial diversificar as fontes: usei histórias orais, processos criminais, leis indigenistas, jornais, relatórios e mensagens dos Presidentes de Província e Governadores, relatórios da assembleia legislativa, livros escritos e publicados na época, mapas, códigos de conduta e, finalmente, estatutos de internatos focados em

alunos indígenas. Esses documentos foram coletados no IGHA, Arquivo Público de Manaus (APM), Arquivo Público de Belém, Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Amazonas (AHTJAM), Biblioteca Pública do Amazonas, Museu Amazônico, Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (LHIA), Biblioteca Nacional e plataforma virtual do *Library of Congress*. Cada um desses arquivos possuem uma história e relacionamento com a comunidade circundante próprios, evidenciando diferentes tipos de silenciamentos. Dentre os documentos históricos analisados, os que tiveram posição mais central na análise que me propus a fazer do trabalho infantil indígena em Manaus foram as leis e processos criminais coletados principalmente no IGHA, APM e AHTJAM. O principal arquivo para meu trabalho, o AHTJAM, se encontrava sem organização e armazenamento próprio para seus 177 anos de história até 2010, quando uma equipe de profissionais e estudantes provenientes das áreas de história, arquivologia e biblioteconomia trabalharam em sua devida organização financiados pelo Programa de Gestão em Ciência e Tecnologia para o Amazonas, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (SILVA et al., 2012). Quando ainda estava no mestrado na UFAM, não pude acessar o acervo exatamente por se encontrar em organização, mas no doutorado (em 2017) consegui acessar esse rico acervo já com sede própria na Avenida Constantino Nery. Há várias burocracias para acessar o arquivo, inclusive um documento o qual o pesquisador atesta ciência que necessita de aprovação do texto criado como resultado da pesquisa no acervo pelos juízes regionais. Toda a pompa e elitismo percebidos na área do direito no Brasil se reproduzem no AHTJAM, inclusive a necessidade de uso de roupa “adequada” para se fazer pesquisa no local (nada de bermudas ou shorts, mesmo no calor de Manaus).

Meu interesse em focar em leis para analisar o tratamento de crianças indígenas na Amazônia se deve a uma visão Thompsoniana das leis como resultado de disputas e costumes, a fim de sugerir explicações sobre a relação entre populações marginalizadas e poder imperial (BARROS, 2016; THOMPSON, 1993). No entanto, acrescento uma perspectiva que se encaixa melhor no contexto do sul global, em que a modernidade como sinônimo de capacidade institucional e Estado de Direito colide com o

poder patrimonial e o clientelismo, base da lógica escravista brasileira (FISCHER; GRINBERG, 2022, p. 26; FISCHER; GRINBERG; MATTOS, 2018). Portanto, analisar as leis é bem interessante para entender os comportamentos inaceitáveis nas lógicas do poder central e local, mas explicitar e mostrar poderes que foram exercidos fora dos limites formais das leis merecem um lugar de destaque tanto quanto as leis em si. Aí entram como cruciais os processos criminais e jornais da época para perceber e ler nas entrelinhas as dinâmicas do poder relacional e cotidiano da sociedade.

Para ilustrar a importância em diversificar as fontes de pesquisa, vou usar um exemplo de um dos pontos de minha análise. Depois de conversar por horas com Dona Nazinha, eu fiquei muito interessada em sua trajetória, quando criança, trabalhando em casas de famílias que não a sua. Ela passou muita dificuldade exercendo trabalho doméstico em sua “adoção” informal e sofreu muita violência. Ela também disse que sua situação não era exceção, muitas crianças eram “pegas pra criar” da mesma forma. Alguns dias depois de nossa conversa, achei no Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Amazonas um processo de *Habeas Corpus* de 1877 no qual duas irmãs de sete e nove anos, Angela e Benedicta, haviam sido sequestradas no alto Rio Negro e trazidas para Manaus onde foram separadas em duas casas de pessoas afluentes da cidade. O destino dessas meninas seria provavelmente igual ao de muitas outras trazidas para Manaus no final do século XIX: se tornarem serviçais domésticas sobre os auspícios da “educação” e “civilização” (CAVALCANTE, 2014; PESSOA, 2011, 2018). Em nenhum momento do processo é mencionado que as meninas e sua família eram indígenas. No entanto, depois de analisar várias legislações indigenistas desde meados do século XVIII em diante, e de me apoiar em vasta literatura sobre o tema, já sabia que menções diretas à etnia eram raras devido ao projeto de apagamento identitário em nome da assimilação forçada. De maneira resumida, nesse projeto de apagamento, a categoria “índio” foi hierarquizada e dividida entre “selvagem” e “aldeado” e imposta uma política tutelar cujo fim não foi categoricamente estipulado, mas mencionava que os “índios” se tornariam cidadãos em igualdade com outros vassallos ao mostrar as “marcas de civilização”, que

seria definida por capacidade de “viver sobre si”, que ao final, significava perda de toda e qualquer indianidade (SAMPAIO, 2009; SOARES, 2022). No entanto, definir se cada pessoa jurídica indígena possuía as “marcas da civilização” era extremamente subjetivo e, possivelmente, cidadania e direitos tiveram de ser buscados individualmente no século XIX. O processo criminal menciona que as meninas estavam dormindo em suas redes ao serem violentamente tiradas de sua casa. O processo também busca repetidas vezes provar a legalidade do casamento dos pais e sua capacidade de sustentar e educar suas filhas, pois possuíam um pedaço de terra e faziam uso produtivo da mesma: marcas de civilização.⁸ Além disso, as meninas não falavam português e precisaram de um intérprete para dar seu testemunho. Apesar do documento não mencionar a língua nativa das meninas, ao investigar quem o intérprete era ao consultar suas obras publicadas no século XIX, descobri que ele era especialista em línguas indígenas e era filho de um ex-Diretor de Índios no interior do Amazonas. Também achei uma notícia no jornal contanto o ocorrido, no qual o fato absurdo não era o sequestro em si, mas a audácia do sequestrador quando se recusou a entregar as meninas ao ser interceptado em Barcelos. O mais interessante do artigo no jornal foram os detalhes dados do poder relacional em jogo nessa situação.⁹ Também achei menções a vários dos personagens que aparecem no processo de *Habeas Corpus* em outros jornais, nos relatórios dos presidentes de província e da assembleia legislativa de Manaus. Entender quem cada um era foi fundamental para analisar à fundo o ocorrido. Espero que esse exemplo, mesmo que resumido, tenha ajudado a perceber como não se deve esperar por menções diretas à etnia para fazer história indígena na cidade, e a importância em diversificar fontes, inclusive a história oral que me apontou para essa prática recorrente de circulação de crianças para trabalho doméstico.

⁸ Essa discussão é mais complexa e envolve também a definição de orfandade, mas aprofundarei nessa questão em outro momento.

⁹ Escrevi em detalhes a história dessas meninas e algumas análises possíveis de extrair com esse caso em outra publicação que espero que seja disponibilizada em breve.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aproximação entre a antropologia e a história não é recente, mas ainda apresenta muitos desafios tanto de aceitação dentro da disciplina quanto de prática metodológica. No entanto, os trabalhos da história indígena e de antropologia histórica brasileira já mostraram que essa interdisciplinaridade produz bons frutos tanto para um entendimento amplo do passado indígena quanto para modificar e combater estereótipos no presente. Fazer história indígena na cidade não é tarefa simples, pois nos deparamos com tipos específicos de silêncio dos arquivos. O desafio é transpor as barreiras dos discursos proeminentes do poder hegemônico para chegar até os invisibilizados da cidade. A atenção aos detalhes e minúcias nos documentos deve ser redobrada além de diversificar ao máximo as fontes de pesquisa. Além disso, histórias orais se mostraram eficientes na intenção de descolonizar a pesquisa e levantar questões relevantes para a sociedade contemporânea. Vejo o campo da antropologia histórica com enorme potencial de gerar ainda mais frutos, especialmente em análises urbanas, que ainda apresentam uma visão de cidade no singular e baseada somente nos contextos do eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: FGV Editora, 2010.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV, 2013.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*, v. 1, n. 2, p. 21–39, 2012.
- BAILEY, Alfred Goldsworthy. *The Conflict of European and Eastern Algonkian Cultures, 1504-1700: A Study in Canadian Civilization*. Toronto: University of Toronto Press, 1937.

- BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. *Educação e Pesquisa*, v. 42, n. 3, p. 591–605, set. 2016.
- BATESON, Gregory. Culture Contact and Schismogenesis. In: *Steps to an ecology of mind: collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology*. Northvale, N.J.: Aronson, 1987. p. 71–82.
- BLOCH, Mark. *The Historian's Craft*. New York: Vintage Books, 1964.
- BOAS, Franz. The Limitations of the Comparative Method of Anthropology. *Science*, v. 4, n. 103, p. 901–908, 1896.
- BOCCARA, Guillaume. Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates. 8 fev. 2005.
- BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, 1949.
- BRAUDEL, Fernand. *Capitalism and Material Life, 1400-1800*. London: Weidenfeld & Nicholson, 1973.
- BURKE, Peter. *What is cultural history?* Third edition ed. Cambridge, UK ; Medford, MA: Polity, 2019.
- BUTTERFIELD, Herbert. *The Whig Interpretation of History*. New York: The Norton Library, 1965.
- CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de. *Do índio imaginado ao índio inexistente: a construção da imagem do índio na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Dissertação (Mestrado em História)—Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2000.
- CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de. *Índios Cristãos: A conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)*. Tese (Doutorado em História)—Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2005.
- CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de. Líderes Indígenas no mundo cristão colonial. *Canoa do Tempo*, v. 1, n. 1, 2007.

- CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de. A magia do novo: índios cristãos nas fronteiras da Amazônia Colonial. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates. 2011.
- CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. *História (São Paulo)*, v. 30, n. 1, p. 349–371, jun. 2011.
- CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha. Os Xerimbabos: a Vida de Crianças Indígenas e Negras em Tempos de Escravidão (Brasil, Amazonas: Séc. XIX). *Transversos*, v. 1, n. 1, p. 17–96, 2014.
- CONNOLLY, Brian; FUENTES, Marisa. Introduction: From Archives of Slavery to Liberated Futures? *History of the Present*, v. 6, n. 2, p. 105–116, 1 out. 2016.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. “Culture” and Culture: Traditional Knowledge and Intellectual Rights. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2009.
- DAVIS, Natalie Zemon. *The return of Martin Guerre*. Cambridge: Harvard University Press, 1984.
- ERICKSON, Paul; MURPHY, Liam Donat. *A history of anthropological theory*. Fifth edition ed. Ontario, Canada; New York: University of Toronto Press, 2017.
- FARAGE, Nadia. *As Muralhas dos Sertões: os Povos Indígenas no Rio Branco e a Colonização*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991.
- FAUSTO, Carlos; HECKENBERGER, Michael (EDS.). *Time and memory in indigenous Amazonia: anthropological perspectives*. Gainesville: Univ. Press of Florida, 2012.
- FEBVRE, Lucien. Une Question Mal Posée Les Origines de La Réforme Française et Le Problème Général Des Causes De La Réforme. *Revue Historique*, v. 161, n. 1, p. 1–73, 1929.

- FERRATER-MORA, José. *Diccionario de Filosofia*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1994. V. Tomo I.
- FISCHER, Brodwyn; GRINBERG, Keila (EDS.). *The Boundaries of Freedom: Slavery, Abolition, and the Making of Modern Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.
- FISCHER, Brodwyn; GRINBERG, Keila; MATTOS, Hebe. Las Leyes, el Silencio y las Desigualdades Racializadas en la Historia Afrobrasileña. In: DE LA FUENTE, A.; ANDREWS, G. R. (Eds.). *Estudios afrolatinoamericanos: una introducción*. [s.l.] CLACSO, 2018. pp. 161–216.
- GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.
- GOLDSTEIN, Daniel. *Owners of the Sidewalk: Security and Survival in the Informal City*. Durham: Duke University Press, 2016.
- HARRIS, Mark. *Rebellion on the Amazon: the Cabanagem, race, and popular culture in the north of Brazil, 1798-1840*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- HARTMAN, Saidiya. *Lose Your Mother*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2008a.
- HARTMAN, Saidiya. Venus in Two Acts. *Small Axe*, v. 12, n. 2, p. 1–14, 1 jun. 2008b.
- HERODOTUS. *The Histories*. Cambridge: Harvard University Press, 1920. v. 3.
- HILL, Jonathan David (ED.). *Rethinking history and myth: indigenous South American perspectives on the past*. Urbana: University of Illinois Press, 1988.
- HILL, Jonathan David (ED.). *History, power, and identity: ethnogenesis in the Americas, 1492-1992*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996.

- JOYCE, Patrick. *Work, society, and politics: the culture of the factory in later Victorian England*. Brighton: Harvester Press, 1980.
- JOYCE, Patrick. What is the Social in Social History? *Past & Present*, n. 206, p. 213–248, 2010.
- LANGFUR, Hall. *The forbidden lands: colonial identity, frontier violence, and the persistence of Brazil's eastern Indians, 1750-1830*. Stanford, Calif., London: Stanford University Press; Eurospan [distributor], 2009.
- LANGFUR, Hall. (ED.). *Native Brazil: beyond the convert and the cannibal, 1500-1900*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2014.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Structural Anthropology, Volume 2*. Tradução: Monique Layton. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1983.
- MONTEIRO, John Manoel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Brazil: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, John Manoel. *Tupis, Tapuias e Historiadores*. Tese Livre Docência—Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- MONTEIRO, John Manoel. Entre o Etnocídio e a Etnogênese: Identidades Indígenas Coloniais. Em: FAUSTO, C. (Ed.). *Tempos Índios: Histórias e Narrativas do Novo Mundo*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007. p. 26–65.
- MONTERO, Paula (ED.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. 1a ed ed. São Paulo: Editora Globo, 2006.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O Caboclo e o Brabo: Notas Sobre Duas Modalidades de Força-de-Trabalho na Expansão da Fronteira Amazônica no Século XIX. In: SILVEIRA, E. (Ed.). *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. v. 11p. 101–140.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Ensaio em antropologia histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Regime tutelar e faccionalismo: política e religião em uma reserva Ticuna*. Manaus, AM: UEA Edições, 2015.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. 2a ed ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de; QUINTERO, Pablo. Para uma antropologia histórica dos povos indígenas: reflexões críticas e perspectivas. *Horizontes Antropológicos*, v. 26, n. 58, p. 7–31, set. 2020.
- PESSOA, Alba Barbosa. O Juízo de Órfãos e o Trabalho Infantil da Cidade de Manaus (1890-1920). *Fronteiras do Tempo: Revista de Estudos Amazônicos*, v. 1, n. 2, p. 23–42, 2011.
- PESSOA, Alba Barbosa. *Pequenos Contrutores da Nação: Disciplinarização da Infância na Cidade de Manaus*. PhD diss.—Pará: Universidade Federal do Pará, 2018.
- PRATT, Mary Louise. *Imperial eyes: travel writing and transculturation*. London; New York: Routledge, 1992.
- REIS, José Carlos. *Tempo, História e Evasão*. Campinas: Papyrus, 1994.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Administração Colonial e Legislação Indigenista na Amazônia Portuguesa. In: DEL PRIORI, M.; GOMES, F. DOS S. (Eds.). *Os Senhores dos Rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 123–139.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Política indigenista no Brasil Imperial. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (Eds.). *O Brasil Imperial (1808-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 175–206.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Índios e Brancos na Amazônia Portuguesa: políticas e identidades no século XVIII. In: RUIZ-PEINADO, J. L.; CHAMBOULEYRON, R. (Eds.). *T(r)ópico de história: gente, espaço e tempo na Amazônia: (séculos XVII a XXI)*. Belém, Pará: Editora Açai, 2010. p. 99–116.

- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Fronteira da Liberdade. Tutela Indígena no Diretório Pombalino e na Carta Régia de 1798. In: LIMA, A. C. DE S. (Ed.). *Tutela: formação de Estado e tradições de gestão no Brasil*. Coleção Antropologias. Rio de Janeiro: E-Papers, 2014. pp. 31–52.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Nilma Lino (EDS.). *Antropologia e história: debate em região de fronteira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SILVA, James Roberto et al. Organizando um Arquivo Histórico: Um thesaurus para o Poder Judiciário do Estado do Amazonas e para a história. *Acervo*, v. 25, n. 1, p. 161–174, jun. 2012.
- SMITH, Linda Tuhiwai. *Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples*. Second edition ed. London: Zed Books, 2012.
- SOARES, Ana Luíza Morais. *Surviving the concrete jungle: Indigenous Children in the Brazilian Amazon (1860-1910)*. Tese (PhD em Antropologia)—Department of Anthropology, University of Illinois at Chicago. Chicago. 2022.
- SOMMER, Barbara Ann. *Negotiated settlements: Native Amazonians and Portuguese Policy in Pará, Brazil, 1758-1798*. Tese (PhD em História)—Department of History, University of New Mexico. Albuquerque. 2000.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Customs in common: studies in traditional popular culture*. New York, NY: The New Press, 1993.
- WALLACE, Anthony Francis Clarke. Revitalization Movements. *American Anthropologist*, v. 58, n. 2, p. 264–281, 1956.
- WALLACE, Anthony Francis Clarke. *Rockdale: The Growth of an American Village in the Early Industrial Revolution*. New York: Alfred A. Knopf, 1978.

Texto recebido em 26/09/2022 e aprovado em 07/06/2023